

COMPARAÇÃO ENTRE OS RELATORIOS GRI, IBASE E ETHOS NO QUESITO MEIO AMBIENTE

Caroline Rodrigues Vaz (UFSC) caroline-vaz@hotmail.com
Alvaro Guillermo Rojas Lezana (UFSC) alvaro.lezana@ufsc.br
Mauricio Uriona Maldonado (UFSC) m.uriona@ufsc.br

Resumo

Nas últimas décadas, têm aumentado a preocupação com o meio ambiente, o que faz com que as empresas assumam uma nova postura e adotem algumas medidas para controlar os seus impactos nas suas atividades, principalmente no quesito dos seus resíduos, sejam sólidos ou líquidos. Desta maneira, surgiram os relatórios de sustentabilidade para informar os resultados obtidos pela empresa e as boas práticas de sustentabilidade, aos seus consumidores e fornecedores. Dentre os diversos modelos de relatórios de sustentabilidade existentes, há três mais utilizados no Brasil, sendo eles: do *Global Reporting Initiative* - GRI, do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE e do Instituto ETHOS. Desta maneira, este artigo teve como objetivo analisar as convergências dos relatórios de sustentabilidade GRI, IBASE e ETHOS no quesito meio ambiente. A fim de compreender suas diferenças e peculiaridades na aplicação nas organizações. A pesquisa se classifica como revisão de literatura, descritiva e documental. Foram analisados os três relatórios de sustentabilidade, identificando quais são suas categorias e indicadores de sustentabilidade. O relatório do Instituto ETHOS foi o que mais apresentou indicadores no quesito Meio Ambiente, sendo composto por 197 indicadores de 11 categorias. Já, o GRI é formado por 30 indicadores de nove (9) categorias. E por sua vez, o IBASE é composto por 13 indicadores de duas (2) categorias. Na junção dos 240 indicadores no quesito meio ambiente dos três relatórios, evidenciou que os mesmos, se enquadram a onze (11) categorias, sendo elas: eco-eficiência, impactos ambientais dos produtos e serviços, matéria-prima, energia, água, emissões/efluentes e resíduos, impactos a biodiversidade, educação e conscientização ambiental, ciclo de vida do produto, sistema de gestão ambiental (empregado, auditoria, etc) e logística reversa. Desta maneira, pode-se concluir com este trabalho que os três relatórios de sustentabilidade têm suas especificações, delimitações e objetivos. Na qual fica a critério de cada organização escolher qual o melhor relatório a ser aplicado no seu empreendimento, uma vez que, ainda não é obrigatório por lei divulgar essas informações.

Palavras-chave: Relatórios. Sustentabilidade. Meio Ambiente. Análise Documental.

1. Introdução

Nas últimas décadas, afirma Ferreira et al. (2009) que se vivencia grandes mudanças, referentes à preocupação com as questões sociais e com o meio ambiente, o que direciona as empresas a assumirem uma nova postura, adotando medidas para controlar o impacto de suas atividades no meio em que estão inseridas.

Para Wisner (2006) as Empresas têm adotado estratégias de gestão ambiental por uma série de razões. A regulamentação governamental leva as empresas a cumprir padrões ambientais criando assim uma série de normas para que as empresas administrem os resultados ambientais. A pressão para um bom desempenho ambiental é também exercida por diversas partes interessadas, incluindo investidores, clientes, entidades não governamentais, comunidades locais e funcionários. Cada vez mais, a comunidade de investimento tem reconhecido que o desempenho ambiental está intimamente ligado ao valor da empresa. Essa orientação pró-ativa, por sua vez influencia o desempenho ambiental da empresa, que posteriormente tem uma influência positiva sobre os principais resultados financeiros.

A necessidade de se colocar a sustentabilidade na vanguarda das decisões estratégicas das empresas têm sido crescente. Prova disso é a prioridade que ela tem assumido na agenda de líderes de grandes empresas globais, como mostra a pesquisa “*A New Era of Sustainability*” (ACCENTURE e UNITED NATIONS, 2010), em que 93% dos presidentes de grandes empresas dizem que a sustentabilidade será fundamental para o sucesso de suas organizações. Ainda assim, as atitudes das empresas para tornarem os seus processos mais sustentáveis ainda são tímidas. Ainda de acordo com a pesquisa citada, da Accenture, existe um abismo entre a teoria e a prática da sustentabilidade. A pesquisa mostra que, mesmo com o alto número de funcionários do alto escalão que acreditam na importância da sustentabilidade, apenas 54% dizem ter conseguido implantá-la no planejamento estratégico da empresa e que a dificuldade é ainda maior quando se tenta tornar todo o processo produtivo mais sustentável.

A preocupação com o desempenho ambiental das empresas não se limita apenas às organizações especializadas no tema. Este fato é provado com uma pesquisa realizada pelo Ibope e encomendada pela Confederação Nacional das Indústrias. Segundo uma reportagem do site Estadão (ESCOBAR, 2016), a pesquisa recolheu dados que comprovam que 94% dos brasileiros se preocupam com o meio ambiente. Além disso, segundo a pesquisa, 52% dos brasileiros estão dispostos a pagar mais caro por um produto ambientalmente correto.

Com a pressão das organizações ambientais, o aumento das exigências legais e a cobrança da população, são notórias as necessidades de as empresas adotarem estratégias sustentáveis nos seus processos produtivos (ALMEIDA, 2012).

Ferreira et al. (2009) afirmam que as demonstrações contábeis usuais, de ordem econômico-financeira, não são suficientes para explicar com o grau de transparência desejado, a atuação das entidades nas questões sócios-ambientais, desta forma a divulgação do balanço social tem se tornado uma prática cada vez mais comum entre aquelas que já descobriram seu potencial informativo, e por consequência, competitivo. Através dele elas apresentam as informações sobre seu desempenho nas áreas sociais e ambientais.

O relatório de sustentabilidade por sua vez, é mais abrangente que o balanço social, pois evidencia as práticas adotadas pelas empresas no intuito de buscar o desenvolvimento sustentável, através de medidas que possibilitem melhores condições de vida para a sociedade, e que demonstre atitudes de preservação do meio ambiente (FERREIRA et al., 2009).

Desta maneira, este artigo tem como objetivo analisar as convergências dos relatórios de sustentabilidade GRI, IBASE e ETHOS no quesito do meio ambiente e sustentabilidade. A fim de compreender suas diferenças e peculiaridades na aplicação nas organizações.

O artigo está estruturado em cinco sessões, sendo a primeira composta por esta introdução. A segunda apresenta o referencial teórico dos relatórios de sustentabilidade GRI, IBASE e ETHOS. A terceira mostra a metodologia utilizada nesta pesquisa. A quarta seção apresenta os resultados obtidos e suas respectivas discussões. E por último, o artigo apresenta as suas conclusões e recomendações futuras.

2. Relatórios de Sustentabilidade

Os relatórios de sustentabilidade surgiram para informar os resultados obtidos pela empresa e as boas práticas de sustentabilidade aos *stakeholders* e para substituir o antigo “relatório cidadão” ou “balanço social” (ALMEIDA, 2012).

O Balanço Social, segundo Almeida (2012), surgiu nos Estados Unidos e na Europa após pressão da sociedade e boicote aos produtos de empresas ligadas à guerra do Vietnã. Para reconquistar seus clientes e a confiança da população, as empresas começaram a elaborar relatórios com informações sobre suas ações sociais. Essa ideia não demorou a chegar ao

Brasil, mas somente na década de 80 surgiram os primeiros relatórios.

De acordo como Instituto Ethos (2008, p. 11):

O balanço social é um levantamento dos principais indicadores de desempenho ambiental, econômico e social da empresa. Ele amplia seu diálogo com os públicos com os quais a empresa se relaciona e esclarece seus objetivos no passado no presente e no futuro. O balanço social ainda permite que a importância da responsabilidade social seja ampliada na estratégia corporativa, uma vez que reúne, além da avaliação da empresa sobre seu desempenho, as expectativas de seus públicos de interesse.

Almeida (2012) explica que o modelo do Balanço Social logo foi substituído. Isso ocorreu devido ao aumento da preocupação da população com as questões ambientais, o que levou as empresas a relatarem, além das ações sociais, o seu desempenho econômico e ambiental nos relatórios de sustentabilidade. Os relatórios de sustentabilidade passaram a ser difundidos a partir do momento que as empresas começaram a utilizá-lo como um instrumento de gestão e que perceberam que a sua reputação se fortalecia com a divulgação de suas práticas sociais, econômicas e ambientais.

Atualmente, mais de 2500 relatórios são publicados todo ano (SUSTAINABILITY/FBDS e UNEP, 2008). Os relatórios tem papel fundamental na melhoria contínua das políticas e estratégias de uma organização e tem importância diferenciada para cada *stakeholder*. Os relatórios podem auxiliar os executivos no planejamento e na tomada de decisão, estimular a participação dos trabalhadores nos projetos sociais da organização, informar as ações ligadas à sustentabilidade aos clientes e fornecedores e ainda auxiliar o governo na criação de políticas públicas (CAMPOS, 2012).

Dentre os diversos modelos de relatórios de sustentabilidade existentes, três são mais utilizados no Brasil, sendo eles: GRI, IBASE e ETHOS. Um fator comum entre os modelos é que todos visam estabelecer um nível mínimo de informações que devem ser publicadas. Os itens a seguir (2.1, 2.2 e 2.3) descrevem com maior detalhamento, cada um dos três relatórios.

2.1 *Global Reporting Initiative - GRI*

A *Global Reporting Initiative* (GRI) ou (Iniciativa Global para Apresentação de Relatórios), surgiu em 1997 através de um acordo internacional representado por várias Organizações não Governamentais (ONG's), sendo que se pode atribuir as ideias iniciais ao CERES (*Coalition for Environmentally Responsible Economies*) em cooperação com a UNEP (*United Nations*

Environment Programme) ou PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) (FERREIRA et al., 2009).

O modelo de Relatório de Sustentabilidade proposto pela GRI é o mais completo e abrangente e considerado o padrão internacional de relatórios de sustentabilidade. O modelo incorpora diretrizes para definir os limites de conteúdo do relatório e garantir a qualidade daquilo que é relatado e foi lançado para que os relatórios se tornem mais transparentes e eficazes no que se refere à melhoria da gestão empresarial.

Existem diversos indicadores propostos pela GRI e eles também estão divididos em sete categorias, que são: Indicadores de Perfil; Desempenho econômico; Desempenho ambiental; Responsabilidade pelo produto; Direitos humanos; Práticas trabalhistas e trabalhos decentes; Sociedade.

2.2 Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE

O modelo proposto pelo Ibase é o mais simples dos três e foi lançado em 1977, ainda com o nome de Balanço Social. Por ser inspirado nos balanços financeiros, esse modelo relata os números associados à responsabilidade social da organização, além de reunir em uma planilha informações sobre os gastos da companhia com funcionários, com controle ambiental e a participação nos lucros.

O Balanço Social representa a demonstração dos gastos e das influências das entidades na promoção humana, social e ecológica, dirigidos aos gestores, aos empregados e à comunidade com que interage no espaço temporal passado/presente/futuro. A análise individual (Balanço Social) e/ou conjunta (Balanço Social mais atuais demonstrações contábeis) dos diversos dados produzidos pelo sistema de informação da entidade proporciona subsídios para a preparação de inúmeros indicadores de qualidade, em que se poderá acompanhar e avaliar a evolução quantitativa e qualitativa das relações organizacionais e de sua riqueza patrimonial. Na realidade, o que se pretende em qualquer entidade é a construção de um estado harmônico ou a sintonia entre “Contabilidade, Balanço Social, Qualidade, Organização (estrutura e recursos), Comunidade e Meio Ambiente”. Conjunto que congrega a intenção da busca da qualidade organizacional, social e ambiental (NASCIMENTO, JUNIOR e CARVALHO, 2004).

2.3 Balanço Social do Instituto ETHOS

O modelo de elaboração de Balanço Social do Instituto Ethos baseia-se, segundo consta no site da organização, “num relato detalhado dos princípios e das ações da organização”. Esse relatório incorpora os quarenta indicadores definidos pelo Instituto Ethos de Responsabilidade Social Empresarial. Os indicadores são divididos em sete categorias, que são: Valores, Transparência e Governança; Público Interno; Meio Ambiente; Fornecedores; Consumidores e Clientes; Comunidade; e Governo e Sociedade. Além destes indicadores, o modelo proposto pelo Instituto Ethos também incorpora a planilha proposta pelo Ibase, o que auxilia nas tomadas de decisão ao atingir um nível de detalhe maior sobre os problemas encontrados e os resultados obtidos.

3. Metodologia

Esta pesquisa se caracteriza como de natureza teórica em relação ao tema abordado. Quanto aos seus procedimentos técnicos, enquadra-se como um estudo bibliográfico e documental, pois tratará de dados e verificações provindas diretamente de trabalhos já realizados do assunto pesquisado. Do ponto de vista dos objetivos, classifica-se como exploratória e descritiva, pois buscará informações específicas e características do que está sendo estudado (GIL, 2007).

Para a realização deste artigo, primeiramente foi identificado quais são os relatórios de sustentabilidades que as empresas brasileiras utilizam para disponibilizar aos seus consumidores, sobre os cuidados com o meio ambiente e seus impactos. Após essa identificação, foi possível verificar nos relatórios de sustentabilidades suas categorias e os seus indicadores, focando nas questões do meio ambiente. Para, em seguida, realizar uma comparação destes relatórios. E por fim, propor uma interação entre os três relatórios para obter os indicadores e seus direcionadores mais completos, abrangendo todos os aspectos e peculiaridades das empresas.

4. Resultados e Discussões

4.1 Indicadores ambientais dos relatórios

a) Modelo do IBASE: Os indicadores ambientais do modelo IBASE consideram os investimentos da empresa no meio ambiente natural onde a empresa está situada ou não, em:

i) Recuperação da Fauna e Flora; ii) Educação e Cultura Ambiental; iii) Políticas e Ações de Reciclagem; iv) Prevenção.

Consoante às novas tendências globais se faz necessário no atual mercado competitivo Nascimento, Junior e Carvalho (2004) explicam que, os gestores empresariais, tomem consciência da atual importância das ações e, como mensurar as políticas ambientais adotadas pela corporação, no intuito de tentar atrair melhores clientes e consumidores potenciais, e, não simplesmente transformar o balanço social numa demonstração de marketing.

O indicador ambiental no seu bojo, comporta a segmentação de informações, que certamente podem contribuir aos gestores nas estratégias tomadas de decisões. Nessa conjuntura, descrevem os principais aportes em investimentos em várias atividades envolvidas no ciclo operacional do negócio, como:

i) A atividade de Recuperação, que deve contemplar as ações que pretendam sanar os danos pela poluição e que, muitas vezes, deixam o meio ambiente em condições melhores do que ele se encontrava antes da ação poluidora. Nos casos em que isso não é possível, a recuperação busca, pelo menos, melhorar as condições ambientais atuais.

ii) Nas atividades de Prevenção/Proteção, devem ser ações específicas com o objetivo de evitar ou proteger o meio ambiente de qualquer agressão causada pelo homem, ou até mesmo, causada pela própria natureza.

Na existência da gestão ambiental numa determinada entidade, sugere-se que esses subsistemas deveriam ser conceituados da seguinte forma:

- Subsistema Institucional - onde estão definidas as crenças e valores que permeiam a organização. No caso do meio ambiente é imprescindível que a empresa creia na preservação do meio ambiente e no desenvolvimento sustentável, até mesmo como forma de manter a própria lucratividade ao longo do tempo. Todas as ações da empresa estariam subordinadas a esses valores.

- Subsistema Social - diz respeito aos seres humanos que integram a empresa e seus valores como indivíduos. Isso influenciará suas atuações como profissionais. Aplicando-se ao meio ambiente, significa que a noção de valor que cada indivíduo que forma o conjunto de profissionais da empresa dá ao problema ambiental será um fator de influência em que medida a empresa alcançará o desenvolvimento sustentável.

- Subsistema Organizacional - refere-se à estrutura organizacional da empresa, o seu *modus operandi* em termos de divisão de responsabilidades, autonomia, centralização/descentralização. Significa que as responsabilidades pela preservação ambiental poderão estar distribuídas, ou seja, ser de todos ou de apenas de um grupo, como um departamento ou divisão.
- Subsistema de Gestão - aqui estaria representado o processo decisório da empresa para o alcance de seus objetivos. Inclui o planejamento, a execução e o controle das atividades. Gerir o meio ambiente significa incluí-lo no planejamento estratégico da empresa e nos demais instrumentos de gestão como um item principal e não acessório.
- Subsistema de Informação - responde pela organização das informações necessárias ao pleno funcionamento da organização e ao alcance da eficácia.
- Subsistema Físico - consiste no conjunto de elementos físico-operacionais da empresa. Neste caso, é preciso identificar de que modo o processo operacional da empresa está impactando o meio ambiente.

b) Modelo do GRI: Os Indicadores de desempenho do Meio Ambiente relacionam-se aos impactos da organização sobre sistemas naturais vivos e não vivos, incluindo ecossistemas, terra, ar e água. Apontam o desempenho relativo à biodiversidade, à conformidade ambiental entre outros dados relevantes, o quadro 1 apresenta os indicadores de desempenho do meio ambiente com maior detalhamento.

Quadro 1 – Indicadores de desempenho de meio ambiente do GRI

| Aspecto | Descrição |
|---------------------------------------|---|
| Materiais | Materiais usados por peso ou volume; e percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem; |
| Energia | Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária; consumo de energia indireta discriminado por fonte primária; energia economizada devido a melhorias em conservação e eficiência; iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia; |
| Água | Total de retirada de água por fonte; fontes hídricas significativamente afetadas por retirada de água; e percentual e volume total de água reciclada e reutilizada; |
| Biodiversidade | Localização e tamanho da área possuída, arrendada ou administrada dentro de áreas protegidas, ou adjacentes a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas; descrição de impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas; |
| Emissões, efluentes e resíduos | Total de emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa, por peso; outras emissões indiretas relevantes de gases do efeito estufa, por peso; iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e as reduções obtidas; emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio, por peso; NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso; descarte total de água, por qualidade e destinação; |
| Produtos e Serviços | Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e a extensão da redução desses impactos; e percentual de produtos e suas embalagens recuperados em relação ao total de produtos vendidos, por categoria de produto; |
| Conformidade | Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não-monetárias resultantes da não-conformidade com leis e regulamentos ambientais; |
| Transporte | Impactos ambientais significativos do transporte de produtos e outros bens e materiais utilizados nas operações da organização, bem como do transporte de trabalhadores; |
| Geral | Total de investimentos e gastos com proteção ambiental. |

Fonte: GRI, 2006.

c) Modelo do Instituto ETHOS: este apresenta indicadores que servem de ferramenta de uso essencialmente interno, que permitem a avaliação da gestão no que diz respeito incorporação de práticas de responsabilidade social, além do planejamento de estratégias e de monitoramento do desempenho geral da empresa. Os indicadores de meio ambiente (conforme mostra com maior detalhe o quadro 2), são eles:

- Responsabilidade frente às gerações futuras: comprometimento da empresa com a melhoria da qualidade ambiental; e educação e conscientização ambiental.

- Gerenciamento do impacto ambiental: gerenciamento do impacto no meio ambiente e do ciclo de vida de produtos e serviços; e minimização de entradas e saídas de materiais na empresa.

Quadro 2 – Indicadores de desempenho do meio ambiente do Instituto ETHOS

| TEMA | | | | | | | |
|--|--|---|---|--|---|--|---|
| MEIO AMBIENTE A sociedade enfrenta atualmente muitos desafios ambientais, entre os quais se incluem a exaustão dos recursos naturais, a emissão de poluentes, as mudanças climáticas, a destruição de habitats, a extinção de espécies e o colapso dos ecossistemas como um todo. Além desses, outro importante problema que a sociedade enfrenta é o processo de degradação decorrente da ocupação humana rural e urbana, ou seja, da antropização. A medida que a população mundial cresce e o consumo aumenta, essas mudanças estão-se tornando verdadeiras e crescentes ameaças à segurança humana, à saúde e ao bem-estar da sociedade. Enfrentar esses problemas que, como se sabe, se interrelacionam em níveis local, regional e global, exige uma abordagem abrangente, sistemática e coletiva. | | | | | | | |
| SUBTEMA | | GESTÃO E MONITORAMENTO DOS IMPACTOS SOBRE OS SERVIÇOS ECOSISTÊMICOS E A BIODIVERSIDADE | | | IMPACTOS CAUSADOS PELO CONSUMO | | |
| MUDANÇAS CLIMÁTICAS Os impactos das mudanças climáticas exercem grande influência no desenvolvimento das empresas a longo prazo. Por esse motivo, a sociedade cada vez mais necessita adquirir uma compreensão exaustiva sobre essa problemática. | | O tema ambiental tem estado na pauta dos principais canais de comunicação. Cada vez mais se explicita a necessidade de as empresas monitorarem a utilização dos recursos naturais, com vistas à sua redução. Outra tarefa que se impõe a elas é gerenciar e mitigar os impactos que provocam. | | | O consumo também é uma fonte de resíduos, na medida em que provoca impactos negativos na cadeia de valor. Pensando no desenvolvimento sustentável, as empresas precisam preocupar-se com os impactos causados pelo consumo e pelo descarte de seus produtos, propondo medidas que desenvolvam soluções até o fim do ciclo de sua vida útil. | | |
| INDICADOR | | | | | | | |
| 37 GOVERNANÇA DAS AÇÕES RELACIONADAS ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS As empresas deverão adotar medidas que promovam a gestão de riscos e oportunidades de negócio relacionadas com as mudanças climáticas. | 38 ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS As empresas devem se preparar, com a implementação de ações e medidas que confirmem a mobilidade a seu negócio, tornando-o, assim, apto a enfrentar eventuais alterações de mercado em decorrência das mudanças climáticas. | 39 SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL As empresas devem desenvolver e se utilizar de instrumentos capazes de executar a gestão ambiental de suas operações. | 40 PREVENÇÃO DA POLUIÇÃO As empresas devem melhorar seu desempenho no que tange à prevenção e/ou mitigação da poluição atmosférica, visual, sonora, entre outras. | 41 USO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS: MATERIAIS As empresas devem patrocinar e desenvolver programas de eficiência no uso de materiais, com vistas à redução dos impactos ambientais negativos que esse uso provoca. | 42 USO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS: ÁGUA As empresas devem patrocinar e desenvolver programas de eficiência no uso da água, com vistas à redução do impacto ambiental que esse uso provoca. | 46 IMPACTOS DO TRANSPORTE, LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO A empresa deve compreender e gerir os impactos sociais e ambientais negativos ocasionados pelas atividades de transporte, logística e distribuição de produtos. | 47 LOGÍSTICA REVERSA As empresas devem implementar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos. Pós-Consumo que considere a não geração, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento e a disposição final de resíduos sólidos de forma ambientalmente adequada. |
| | | 43 USO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS: ENERGIA As empresas devem patrocinar e desenvolver programas de eficiência no uso de energia, com vistas à redução do impacto ambiental que esse uso provoca. | 44 USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE E RESTAURAÇÃO DOS HABITATS NATURAIS As empresas devem patrocinar e desenvolver programas de eficiência no uso e preservação da biodiversidade, com vistas a promover a redução do impacto ambiental que esse uso provoca. | 45 EDUCAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL As empresas devem patrocinar e implementar campanhas, projetos e programas educativos voltados para seus empregados, para a comunidade e para públicos mais amplos, de modo a difundir a consciência ambiental. | | | |

Fonte: ETHOS, 2016.

4.2 Comparação entre os relatórios de sustentabilidade

Os indicadores sociais, presentes nos três modelos de relatórios, embora com nomenclaturas diferentes, equiparam-se, por se tratar do mesmo assunto. Comparando-se os indicadores dos relatórios GRI e ETHOS com os dos relatórios IBASE, apresentam-se convergentes os seguintes indicadores: Indicadores Ambientais, Indicadores do Corpo Funcional e a Base de Cálculo e Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial. Neste artigo, verificaram-se apenas os indicadores ambientais, por ser o objetivo do presente trabalho.

Os Indicadores Ambientais (IBASE) equiparam-se aos Indicadores de Desempenho do Meio Ambiente (GRI) e Meio Ambiente (Instituto Ethos). Os indicadores ambientais são os mais equivalentes, entre os três modelos, dentre todos os indicadores apresentados. O quadro 3 apresenta a quantidade de indicadores no quesito meio ambiente apresentado nos três relatórios.

Quadro 3 – Quantidade de Indicadores no quesito meio ambiente nos relatórios

| Relatório de Sustentabilidade | Categorias | Quantidade de Indicadores |
|-------------------------------|--|---------------------------|
| GRI | Materiais | 2 |
| | Energia | 5 |
| | Água | 3 |
| | Biodiversidade | 5 |
| | Emissões, efluentes e resíduos | 10 |
| | Produtos e serviços | 2 |
| | Conformidade | 1 |
| | Transporte | 1 |
| | Geral | 1 |
| | Total | 30 |
| ETHOS | Governanças das ações relacionadas às mudanças climáticas | 27 |
| | Adaptação às mudanças climáticas | 20 |
| | Sistema de gestão ambiental | 20 |
| | Prevenção da Poluição | 17 |
| | Uso sustentável de recursos | 15 |
| | Uso sustentável de recursos: água | 16 |
| | Uso sustentável de recursos: energia | 16 |
| | Uso sustentável da biodiversidade e recursos dos habitats naturais | 17 |
| | Educação e conscientização ambiental | 14 |
| | Impactos do transporte, logística e distribuição | 20 |
| | Logística Reversa | 15 |
| | Total | 197 |
| IBASE | Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa | 10 |
| | Investimento em Programas e/ou Projetos Externos | 3 |
| | Total | 13 |

Pode-se observar no quadro 3, que os três relatórios apresentam as suas categorias e os seus indicadores no quesito meio ambiente a ser investigado na organização. Percebe-se que no relatório IBASE os indicadores são tratados de forma mais genérica e especificamente traz questões de investimentos. Já os relatórios GRI e o do Instituto ETHOS, apresentam os indicadores de uma forma mais específica abrangendo todas as áreas da organização, desde questões de governança até transporte e logística reversa. O que os torna um relatórios mais complexo.

Identificou-se no quadro 4, que quando analisado cada um dos indicadores no quesito meio ambiente dos três relatórios, evidenciou que os mesmos, abrangem a 11 categorias, sendo elas: eco-eficiência, impactos ambientais dos produtos e serviços, matéria-prima, energia, água, emissões/efluentes e resíduos, impactos a biodiversidade, educação e conscientização ambiental, ciclo de vida do produto, sistema de gestão ambiental (empregado, auditoria, etc) e logística reversa.

Quadro 4 – Comparação dos Indicadores de desempenho do meio ambiente nos três relatórios

| Meio Ambiente | | | |
|--|-----|-------|-------|
| Categorias | GRI | ETHOS | IBASE |
| Eco-eficiência | | X | X |
| Impactos ambientais dos produtos e serviços | X | X | |
| Matéria-prima | X | X | |
| Energia | X | X | |
| Água | X | X | |
| Emissões, efluentes e resíduos | X | X | X |
| Impactos a biodiversidade | X | X | |
| Educação e conscientização ambiental | | X | X |
| Ciclo de vida do produto | X | X | |
| Sistema de Gestão Ambiental (empregado, auditoria, etc.) | | X | |
| Logística Reversa | | X | |

Pode-se observar no quadro 4, que o relatório do Instituto ETHOS foi o que apresentou indicadores em todas as categorias no quesito meio ambiente. Em seguida, o GRI, apenas não apresentando indicadores nas categorias de eco-eficiência, educação e conscientização ambiental, logística reversa e sistema de gestão ambiental. O IBASE apenas apresentou indicadores nas categorias eco-eficiência, emissões/efluentes e resíduos, e educação e conscientização ambiental.

4.3 Proposta de integração dos relatórios

Após a identificação das onze categorias que abrangem os três relatórios de sustentabilidade (quadro 4), este trabalho propõe a inclusão no GRI dos indicadores das categorias: eco-eficiência, educação e conscientização ambiental, sistema de gestão ambiental e logística reversa do relatório ETHOS, afim de abranger todas as áreas da organização. Desta forma, o quadro 5 apresenta os indicadores e suas categorias, incluídas no GRI do ETHOS.

Quadro 5 – Sugestão de Indicadores e Categorias para o relatório GRI

| | Categorias | Quantidade de Indicadores |
|--|---|----------------------------------|
| Relatório de Sustentabilidade GRI | Materiais | 2 |
| | Energia | 5 |
| | Água | 3 |
| | Biodiversidade | 5 |
| | Emissões, efluentes e resíduos | 10 |
| | Produtos e serviços | 2 |
| | Conformidade | 1 |
| | Transporte | 1 |
| | Geral | 1 |
| | Eco-eficiência | 2 |
| | Educação e conscientização ambiental | 14 |
| | Sistema de Gestão ambiental (empregado, auditoria, etc.) | 20 |
| | Logística Reversa | 15 |
| | Total | 81 |

O quadro 6, 7, 8 e 9 apresenta a sugestão de inserção dos indicadores em cada uma das quatro categorias: Eco-eficiência, Educação e conscientização ambiental, Sistema de Gestão Ambiental e Logística Reversa.

Quadro 6 – Indicadores de Eco-eficiência

| | |
|-----------------------|---|
| Eco-eficiência | 1.5.1 A empresa investe em pesquisa e desenvolvimento voltados para a inovação em sustentabilidade. 1.5.2 A empresa gera novos modelos de negócios devido a potenciais mudanças no mercado em razão de impactos socioambientais. |
|-----------------------|---|

Fonte: Ethos, 2016.

Quadro 7 – Indicadores de Educação e conscientização ambiental

| | |
|--|--|
| <p>Educação e conscientização ambiental</p> | <p>45.1.1 A empresa realiza ações internas de educação ambiental, por exemplo, campanha para redução do consumo de energia.</p> <p>45.1.2 A empresa busca conscientizar ambientalmente seu público interno informando-os sobre boas práticas no tema.</p> <p>45.1.3 A empresa promove eventos pontuais para promover a educação e a conscientização ambiental.</p> <p>45.2.1 A empresa promove treinamento pontuais aos empregados sobre educação ambiental, buscando maior engajamento e conscientização do público interno.</p> <p>45.2.2 A empresa possui programas contínuos de capacitação dos empregados no tema.</p> <p>45.3.1 A empresa possui um programa contínuo de educação e conscientização ambiental, buscando maior engajamento do público interno.</p> <p>45.3.2 A empresa trata obrigatoriamente o tema de forma transversal em outros treinamentos e atividades da empresa, mesmo que introdutoriamente.</p> <p>45.3.3 A empresa aborda em seus treinamentos ou atividades os impactos das suas operações com foco em inovação e sua redução, estimulando todos a identificar propostas de mudanças</p> <p>45.4.1 A empresa aborda o tema em reuniões com fornecedores e clientes.</p> <p>45.4.2 A empresa realiza eventos de conscientização e educação ambiental voltados a familiares, comunidade e outras partes interessadas.</p> <p>45.5.1 A empresa participa na formação de políticas públicas relacionadas ao tema.</p> <p>45.5.2 A empresa apoia (financeiramente ou com oferecimento de estrutura, por exemplo) escolas locais e ONGs na promoção da educação ambiental.</p> <p>45.5.3 A empresa é reconhecida pelo mercado por suas práticas de educação ambiental, fornecendo materiais e informações para demais partes interessadas, a fim de disseminar o tema.</p> <p>45.5.4 A empresa estimula a sua cadeia de valor a realizar campanhas, mesmo que internas, de conscientização e educação ambiental.</p> |
|--|--|

Fonte: Ethos, 2016.

Quadro 8 – Indicadores do Sistema de Gestão Ambiental

| | |
|------------------------------------|---|
| Sistema de gestão ambiental | <p>39.1.1 A empresa respeita as leis ambientais relacionadas ao seu negócio.</p> <p>39.1.2 A empresa orienta seus empregados em relação aos impactos ambientais negativos específicos das suas atividades.</p> <p>39.1.3 A empresa adota medidas corretivas aos impactos negativos.</p> <p>39.2.1 A empresa participa ativamente de iniciativas ambientais.</p> <p>39.2.2 A empresa busca as iniciativas do poder público que estão relacionadas à sua estratégia.</p> <p>39.2.3 A empresa adequa-se rapidamente a novos acordos e regras ambientais.</p> <p>39.3.1 A empresa capacita seus empregados em relação aos impactos ambientais de suas atividades.</p> <p>39.3.2 A empresa possui uma política ambiental e realiza mapeamento e mitigação dos impactos negativos.</p> <p>39.3.3 A empresa divulga publicamente seus indicadores de desempenho ambiental.</p> <p>39.3.4 A política ambiental da empresa é endossada pela alta gestão e compromete-se com a melhoria contínua.</p> <p>39.4.1 A empresa desenvolve programas que têm como objetivo a redução de riscos ambientais.</p> <p>39.4.2 A empresa envolve as partes interessadas no processo de definição de medidas de mitigação de impactos negativos.</p> <p>39.4.3 A empresa possui um processo estruturado de avaliação de seus resultados ambientais.</p> <p>39.4.4 A empresa identifica oportunidades de melhoria nos processos de gestão ambiental por meio de avaliação de seus resultados.</p> <p>39.4.5 A empresa aplica o Princípio da Precaução.</p> <p>39.4.6 O sistema de gestão ambiental da empresa é auditado e certificado por terceira parte, com base em padrões internacionais.</p> <p>39.5.1 A empresa é reconhecida pelo mercado por suas práticas ambientais.</p> <p>39.5.2 A empresa monitora o desempenho ambiental de sua cadeia de valor.</p> <p>39.5.3 A empresa possui um programa de acompanhamento da sua cadeia de valor e desenvolve iniciativas para apoiá-la na melhoria dos aspectos ambientais.</p> <p>39.5.4 A empresa impulsiona o setor para melhorar o nível de gestão ambiental e envolve, além de empresas, órgãos governamentais nesse objetivo, quando aplicável.</p> |
|------------------------------------|---|

Fonte: Ethos, 2016.

Quadro 9 – Indicadores de Logística Reversa

| | |
|--------------------------|--|
| Logística Reversa | <p>47.1.1 A empresa tomou conhecimento e analisou a aplicabilidade da legislação de resíduos sólidos (municipal, estadual e nacional), identificou os requisitos a ela aplicáveis referentes à logística reversa e criou um plano de ação para atendê-los.</p> <p>47.1.2 Começou a implementar o plano de ação para atender aos requisitos legais de logística reversa.</p> <p>47.1.3 Tem implementado um sistema de coleta e destino de resíduos perigosos e analisou seus principais desafios para coleta de resíduos e reciclagem de outros materiais.</p> <p>47.2.1 A empresa mapeou e/ou contratou parceiros para destinar seus resíduos de produtos, como cooperativas de catadores ou outras empresas de processamento de resíduos/partes usadas, e já identificou a necessidade de desenvolver esses parceiros.</p> <p>47.2.2 A empresa participa ativamente de reuniões ou grupos de trabalho no nível setorial ou nas diferentes esferas políticas que tratam do tema e buscam soluções práticas para o setor.</p> <p>47.3.1 A empresa instalou a estrutura para operar a logística reversa junto com seus parceiros comerciais e está operando em parte ou no total das regiões onde comercializa os seus produtos.</p> <p>47.3.2 Além de desenvolver seus parceiros para o destino correto dos resíduos coletados, a empresa envolveu e começou a adequar outros parceiros da cadeia de valor, como distribuidores, transportadores etc., no seu plano de trabalho.</p> <p>47.3.3 A empresa mantém indicadores que permitem mensurar o fluxo dos resíduos e os resultados das ações de logística reversa, usando o sistema de balanço de massas.</p> <p>47.3.4 A empresa lançou medidas para incentivar e sensibilizar o consumidor a cumprir o seu papel de encaminhar os resíduos gerados para reciclagem de volta para a empresa.</p> <p>47.4.1 Por meio da logística reversa, a empresa conseguiu demonstrar uma redução de custos e insumos significativos nos seus custos de operação.</p> <p>47.4.2 A empresa mantém uma infraestrutura que garante a operação de logística reversa em toda a área geográfica de vendas dos seus produtos.</p> <p>47.4.3 A empresa faz reuso do material recolhido na produção dentro do grau máximo permitido pelas regulamentações.</p> <p>47.5.1 A empresa implementou com sucesso um programa de impacto zero (evita gerar resíduos e, se gerar, recolhe 100% dos seus resíduos gerados).</p> <p>47.5.2 A empresa é vista como exemplo para o setor e serve de inspiração para mudanças em outras empresas e estimula o mercado de logística reversa.</p> <p>47.5.3 A empresa foi importante na formatação da regulamentação da logística reversa no seu setor e nas diferentes esferas da legislação (principalmente municipal).</p> |
|--------------------------|--|

Fonte:

Ethos, 2016.

Portanto, a inserção dessas quatro (4) categorias contabilizam 51 indicadores a mais que seriam identificados nas empresas no processo da elaboração do relatório de sustentabilidade pelo GRI, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e uma maior transparência dos seus processos aos seus consumidores e sociedade em geral. Uma vez, que não se tem uma

legislação no Brasil que obriguem as empresas a divulgarem os mesmos.

Países europeus, como Inglaterra, Alemanha e França, possuem leis que obrigam as empresas a divulgar suas ações sociais e ambientais. No Brasil, apesar de não serem obrigatórias, muitas indústrias, principalmente as de mineração e petróleo, têm procurado produzir seus relatórios (ETHOS, 2016).

Desta maneira, a aplicação do relatório de sustentabilidade não é obrigatória por lei no Brasil, assim fica a critério de cada organização escolher qual o relatório quer seguir, pois depende do objetivo, estratégia e tipo de informação que a organização quer divulgar a comunidade. Muitas empresas ainda encaram o relatório de sustentabilidade como uma ferramenta de *marketing* e não como uma forma de gestão.

Corroborando, o Instituto Ethos (2016) explica que apesar da forte resistência de ordem cultural e política à cultura de transparência empresarial no país, verifica-se atualmente não só o aumento da quantidade de relatórios de sustentabilidade produzidos, mas também uma melhoria acentuada de sua qualidade, a ponto de alguns terem merecido prêmios internacionais. Por exemplo, o caso da Natura Cosméticos, que divulga seu relatório anual de sustentabilidade desde 2000, sendo a primeira empresa na América Latina a adotar o padrão GRI. De acordo com Rodolfo Gutilla, diretor de Assuntos Corporativos e Relações Governamentais, apesar de muitas empresas apresentarem seus relatórios de sustentabilidade, a maioria ainda o faz sem a qualidade técnica necessária. “Isso acaba se transformando em pura ferramenta de *marketing*”.

Entretanto, um bom relatório de sustentabilidade, construído dentro de regras claras, como do GRI, é um diferencial importante para a análise da posição a empresa em seu mercado, além de ser um fator de valorização de suas ações. O benefício de se aplicar o relatório anual de sustentabilidade é por apresentar a comunidade às ações realizadas para reduzir impactos ambientais decorrentes de suas atividades, programas sociais implementados voltados ao bem-estar de comunidades, e boas práticas de governança corporativa adotada. Além, de ajudar a empresa a conhecer melhor os seus próprios pontos fracos e quais são suas opções de gestão e operação para alcançar a sustentabilidade.

Por fim, todas as organizações (privadas, públicas ou sem fins lucrativos), independentemente de porte, setor ou localidade, são incentivadas a elaborar relatórios segundo as Diretrizes da GRI, sejam iniciantes ou experientes. O relatório pode assumir vários formatos: impresso ou publicado na *internet*, separado ou como parte do relatório anual ou financeiro (GRI, 2006).

5. Considerações Finais

Atualmente as empresas de diversos ramos e setores, estão publicando relatórios anuais de sustentabilidade. Esses relatórios podem ser de acordo com as diretrizes do GRI, do Instituto ETHOS ou do IBASE, mas isso não significa que elas são ou não sustentáveis. Os relatórios de sustentabilidade tem a intenção de mostrar a comunidade os progressos (positivamente ou negativamente) dos empreendimentos em relação à sustentabilidade.

Comparando os três relatórios mais utilizados no Brasil no quesito Meio Ambiente, foi possível observar que apresentam varias categorias e indicadores, cada um com uma quantidade especifica. O relatório do Instituto ETHOS foi o que mais apresentou indicadores no quesito Meio Ambiente, sendo composto por 197 indicadores de 11 categorias. Já, o GRI é formado por 30 indicadores de nove (9) categorias. E por sua vez, o IBASE é composto por 13 indicadores de duas (2) categorias.

Na junção dos 240 indicadores no quesito meio ambiente dos três relatórios, evidenciou que os mesmos, se enquadram a onze (11) categorias, sendo elas: eco-eficiência, impactos ambientais dos produtos e serviços, matéria-prima, energia, água, emissões/efluentes e resíduos, impactos a biodiversidade, educação e conscientização ambiental, ciclo de vida do produto, sistema de gestão ambiental (empregado, auditoria, etc.) e logística reversa.

Neste trabalho, pode-se sugerir a inserção de quatro (4) categorias no relatório GRI, sendo eles: Eco-eficiência, Educação e conscientização ambiental, Sistema de Gestão Ambiental e Logística Reversa. Para desta forma, o relatório abranger todas as áreas da empresa, desde sua responsabilidade com a conscientização ambiental, inovação até a destinação final dos seus produtos, com a inserção novamente na empresa através da logística reversa.

Pode-se concluir com este trabalho que os três relatórios de sustentabilidade tem suas especificações, delimitações e objetivos. Na qual fica a critério de cada organização escolher qual o melhor relatório a ser aplicado no seu empreendimento, uma vez que, ainda não é obrigatório por lei divulgar essas informações.

Referencias

ACCENTURE & UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT. **A New Era of Sustainability**. 2010. Disponível em: <http://www.unglobalcompact.org/docs/news_events/8.1/UNGC_Accenture_CEO_Study_2010.pdf>. Acesso em: 29 set. 2016.

ALMEIDA, E. L. **Benefícios dos relatórios de sustentabilidade na competitividade e melhoria da gestão empresarial:** estudo de caso no setor automotivo, 2012, 47f. Trabalho de conclusão de curso (Engenharia Ambiental), Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2012.

ESCOBAR, H. **Meio ambiente é preocupação para 94% dos brasileiros entrevistados pelo Ibope.** Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,meio-ambiente-e-preocupacao-para-4494-dos-brasileiros-entrevistados-pelo-ibope,868445,0.htm>>. Acesso em: 29 set. 2016.

FERREIRA, L. F. et al. Indicadores de sustentabilidade empresarial: uma comparação entre os indicadores do balanço social IBASE e relatório de sustentabilidade segundo as diretrizes da global reporting initiative GRI. In: **SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA**, 2009, Resende. Anais... Resende, 2009.

GRI - GLOBAL REPORTING INITIATIVE. **Diretrizes para relatório de sustentabilidade.** 3ª edição. 2006.

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **Balanço Social.** Disponível em: <<http://www.ibase.br/pt/2011/07/balanco-social/>> Acesso em: 29 set. 2016.

INSTITUTO ETHOS. **Guia para elaboração de balanço social e relatório de sustentabilidade**, 2008. Disponível em: <http://www.uniethos.org.br/_Uniethos/Documents/GuiaBalanco2007_PORTUGUES.pdf>. Acesso em: 29 set. 2016.

INSTITUTO ETHOS. **Principais Modelos de Relatórios Socioambientais.** Disponível em: <<http://www.ethos.org.br>>. Acesso em: 29 set. 2016.

WISNER, P. S.; EPSTEIN, M. J.; BAGOZZI, R. P. Organizational Antecedents and Consequences of Environmental Performance. **Advances in Environmental Accounting & Management**, vol. 3, p. 143–167, 2006.